

DISCURSO DE POSSE DO SENADOR VALMIR CAMPELO NO CARGO DE MINISTRO DO TCU

Sinto-me honrado em integrar este Tribunal de Contas da União, instrumento institucional de inestimável valia na defesa do bem comum e na luta por transparência e probidade na administração pública.

Chego a esta Corte com a humildade dos que querem servir e somar, absorvendo o saber e a orientação dos mais antigos. Trago comigo bagagem acumulada em mais de três décadas de vida pública, bem como a experiência de alguém que nascendo em condição econômica adversa, transpôs barreiras sociais poderosas para realizar seus ideais.

Nesta hora de grande emoção, não posso deixar de me recordar de minha infância humilde, na distante Crateús, sertão do Ceará, onde aprendi desde cedo a lutar pela sobrevivência. As dificuldades que vivi naquela época, recordo-as na certeza de que auxiliaram a moldar e temperar o homem público que hoje sou.

Meu ingresso na política – a princípio como administrador de cidade-satélites, depois como parlamentar - foi sempre impulsionado pelo ideal de melhorar as condições gerais de vida de nossa população. Adquiri a consciência das injustiças sociais, mas também reconheço que, apesar delas, temos uma sociedade aberta, capaz de proporcionar ascensão e oportunidades. Não fosse assim não estaria aqui.

Vim para Brasília no início da construção da cidade. Apostei no sonho de Juscelino Kubitschek e aqui me radiquei, formei família, construí minha biografia de homem público e de cidadão. Formei-me em Comunicação Social pela Universidade de Brasília e ingressei no serviço público, de onde jamais saí.

Sou e serei sempre um servidor público.

Aperfeiçoei-me em cursos de administração pública aqui e no exterior e, a partir de 1971, tornei-me administrador de cidades satélites. Fui administrador regional de Brazlândia, de 1971 a 1973; do Gama, de 1974 a 1981; e de Taguatinga, de 1981 a 1985.

Com a redemocratização do país e a emancipação política de Brasília, fui eleito, em 1986, deputado federal e constituinte. Teve início então o período mais rico e fascinante de minha vida pública. Creio ter vivido, nos onze anos que se seguiriam, um dos mais intensos processos de transformação por que já passou este país.

A Constituinte, instalada às vésperas do colapso do socialismo em todo o mundo, acabou promulgando uma Constituição precocemente contestada. Parte dos dispositivos expressos nos capítulos da ordem econômica e da organização do Estado inspiravam-se em fundamentos que a queda do socialismo tomava obsoletos.

Eis porque, já no seu primeiro ano de vida, a nova Carta tornava-se alvo da obsessão revisora do governo federal e de importantes segmentos da opinião pública. Embora seu co-autor, associei-me - e associe-me - ao discurso reformista, em busca

de suprir as deficiências da nova Carta, sintonizando-a às transformações por que o mundo passa.

Louvo, porém, pontos fundamentais de seu texto, em especial o capítulo dos direitos e garantias individuais decisivo para disseminar entre nós a consciência de cidadania e firmar os postulados do Estado de Direito democrático.

No Senado Federal, onde cheguei em 1990, ampliei e aprofundei a experiência parlamentar. Passei a analisar os problemas brasileiros pela óptica federativa. A visão unitária do país, nem sempre presente quando se defendem interesses regionais, é uma das marcas mais expressivas que a vivência no Senado nos deixa.

Coube-me também, nesse rico período em que lá estive, participar de momentos decisivos da história recente do país. Destaco, entre outras, a participação em duas CPLs: a assim chamada CPI do PC Farias, que resultou no impeachment do presidente da República; e a CPI do Orçamento, que resultou na cassação de alguns parlamentares e no aprofundamento da demanda pública por transparência e rigor nas contas do Estado. Depois delas, o país começou a ser passado a limpo.

Creio que a experiência que acumulei na vida parlamentar me será de grande valia nesta nova etapa que hoje inicio.

Muda a tribuna, mudam a perspectiva e o enfoque. Não muda, porém, a disposição de servir ao meu país. Vejo o Tribunal de Contas da União como um instrumento vital a serviço da cidadania. Como órgão auxiliar do Poder Legislativo, é o seu braço operacional para o cumprimento da intransferível missão parlamentar de fiscalizar os demais Poderes da República.

Nesta etapa histórica, em que o papel do Estado tem sido revisto e questionado, o trabalho desta Corte adquiriu maior visibilidade e importância. Daí a necessidade de dotá-la de instrumentos mais ágeis de ação, modernizando-a administrativamente para que possa, com presteza cada vez maior, atender às crescentes expectativas institucionais nela depositadas.

Chego aqui por indicação do Congresso Nacional, com a responsabilidade e o compromisso de trabalhar pelo bem comum, acima de interesses de pessoas ou grupos. Aqui encontro ministros egressos da carreira política, com bagagem semelhante à que trago.

Creio que essa experiência é de grande valia para moldar a sensibilidade do juiz. A atividade política nos aproxima do povo, das suas dificuldades e demandas. Aprendemos a conhecer as necessidades coletivas e aprendemos a enfrentar as resistências da máquina administrativa do Estado, as pressões e os interesses de grupos econômicos.

Tudo isso nos torna menos ingênuos, mais experimentados e de sentido prático mais aguçado. Penso que são qualidades importantes para quem vai julgar contas públicas, avaliar administrações.

Os onze anos que vivi dentro do Congresso - quatro como deputado constituinte, sete como senador - me deram visão um universal dos problemas humanos. Considero o Congresso uma escola de sabedoria, que nos transmite conhecimento multidisciplinar da realidade.

Lá, somos instados a permanente reciclagem. Convivemos com os mais variados tipos de pressão - desde a pressão espontânea das ruas até a pressão dos grupos sociais mais organizados, sem esquecer a pressão crítica da mídia.

Tive a oportunidade de convívio com políticos experimentados, como Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Carlos Magalhães, José Sarney, Marco Maciel e Michel Temer, entre muitos outros, aos quais devo gratidão e reconhecimento. O desafio que se impõe, nessa mudança de tribuna, é a busca da isenção e da imparcialidade.

A política partidária é, por natureza, parcial, engajada, apaixonada. A missão do juiz exige distanciamento crítico, serenidade, experiência, imparcialidade. Produzir justiça exige reflexão, contenção dos impulsos, profundidade de análise. São tarefas distintas em prol da mesma causa: o interesse público.

Minha disposição, repito-o, é a de servir. Desde que me dispus a esta nova missão, desengajei-me da vida partidária, descomprometi-me de suas imposições, encerrei minha carreira de político. Não me foi fácil fazê-lo, muito pelo contrário. Foi um sacerdócio que exerci de coração, onde colecionei amizades e alegrias que guardo eternamente na memória. Assumo, porém, nova tribuna e acato plenamente as exigências do novo ofício. É uma honraria que me lisonjeia e emociona.

O Tribunal de Contas da União é o guardião da economia pública. Órgão auxiliar do Poder Legislativo no controle externo das contas do Estado, representa a última trincheira de defesa do interesse público. Cabe-lhe detectar irregularidades e atribuir responsabilidades, o que o coloca em posição singular no cenário jurídico-institucional do país.

É organização sistêmica, que se articula com todos os Poderes da República, o que o torna mais propenso a assimilar impulsos renovadores da modernização de processos administrativos e de adoção de novas tecnologias.

A Constituição de 1988 dotou-o de mais amplas competências, que envolvem algumas ações de fundamental importância para que a sociedade controle de fato o Poder Público. São elas:

- Impulsionar a racionalização e a eficiência dos gastos públicos, assim como a efetividade das ações governamentais, mediante avaliação segura desses gastos e do desempenho do governo na execução das leis orçamentárias;

- Combater decisivamente a corrupção, evitando a impunidade dos maus gestores de recursos públicos, contribuindo dessa forma para a tão almejada e necessária austeridade e moralidade na administração pública;

- Acompanhar e fiscalizar a execução dos planos e programas governamentais, atuando preventivamente como fator de inibição das ações lesivas ao patrimônio público, diante da possibilidade real de punição severa do infrator;

- Efetivar o ressarcimento dos prejuízos e dos valores eventualmente subtraídos ao Erário, mediante desfalques, desvios e outras práticas lesivas; e

- Exercitar, sempre que necessário, o poder de aplicar punição severa e exemplar aos responsáveis condenados.

O texto constitucional avançou ainda mais, já que, ao lado das funções tradicionalmente atribuídas à Corte de Contas — decisória, analítica e judicante — confere-lhe ainda outra, igualmente importante, e que podemos denominar de informativa, cuja finalidade é subsidiar as decisões do Congresso Nacional.

Nessa função, o TCU atua como autêntico órgão consultivo do Poder Legislativo. A Constituição, pois, estreita o relacionamento entre Parlamento e TCU, obrigando a este que se estruture fisicamente, de modo a cumprir com agilidade e eficiência sua função informativa.

Ressalte-se que isso já vem ocorrendo, o que pode ser constatado na presteza com que o TCU entregou ao Congresso relatório do levantamento de obras prioritárias no exercício de 1997, atendendo às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Meu propósito é o de colaborar para o fortalecimento desta instituição, pondo a seu serviço a bagagem acumulada nessas três décadas de atividade político-administrativa.

Segundo cearense a integrar esta Corte, após 104 anos, não posso deixar, neste momento de tanta significação para mim, de novamente evocar a travessia que empreendi, desde minha infância em Crateús, filho de família modesta e honrada, de onze irmãos.

Não posso deixar de homenagear meus pais, João Amaro Bezerra e Raimunda Campelo Bezerra, em cujo exemplo de bravura e retidão moral procurei sempre moldar minha atuação de homem público e chefe de família.

Da mesma forma, cumpre-me reconhecer o excelente desempenho, a dedicação, o espírito público e os elevados princípios de probidade que marcaram a atuação do Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira neste Tribunal de Contas. Os exemplos de dignidade e compromisso com a causa pública desse brasileiro que tantos e tão bons serviços prestou ao país são parâmetros que adotarei como baliza na difícil tarefa de substituí-lo.

Sou grato ao Congresso Nacional, pela indicação de meu nome. Agradeço, nas pessoas do presidente do Senado, meu leal amigo Antonio Carlos Magalhães, e do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, a confiança em mim depositada.

Agradeço ao colega e companheiro de tantas lutas, Ministro Iram Saraiva, pela bondade de suas colocações a meu respeito e pela calorosa recepção que me proporciona.

Agradeço ao digno representante do Ministério Público, Doutor Walton Alencar Rodrigues, sub-procurador geral deste Tribunal, cuja presença enaltece esta solenidade.

Agradeço, de forma muito especial, ao insigne Presidente desta Corte de Contas, Ministro Homero Santos, que me dá posse neste instante e com quem tive o privilégio de conviver por vários anos, nas lides do Congresso Nacional.

Agradeço à população de Brasília, que sempre me honrou com seu apoio - e à qual devo tudo o que obtive na vida pública - o carinho que me tem manifestado.

O que posso dizer é que, desta nova trincheira de luta, estarei firmemente empenhado em retribuir com muito trabalho e seriedade.

Peço a Deus que continue me proporcionando saúde e ânimo para levar adiante esta luta em prol de um futuro melhor — mais justo e mais feliz - para o povo brasileiro.

A todos, minha gratidão e reconhecimento.